

ATA DA 7ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO DE RISCOS

25 DE MARÇO DE 2014 (INÍCIO – 14:00h, TÉRMINO – 17:00h)

PARTICIPANTES:

Representantes da Susep:

Ana Luiza Sallai
Christiane Hwei-Jen Tsai
Elder Vieira Salles
José Alberto Rodrigues Pereira
Marcos Gonçalves Visgueiro
Victor de Almeida França
Vitor Pêgo Hottum

Representantes da CNseg:

Alexandre Henriques Leal Neto
Marcos Spiguel
Fabio de Giuseppe Rodrigues

Representantes da FENSEG:

Daniella Bertola Luiz

Representantes da FENAPREVI:

Wilson Luiz Matar
Pedro Gabriel Boainain

Representantes da FENACAP:

Denis dos Santos Moraes
Heitor Coelho Borges Rigueira

Representantes da FENABER:

Dmitri Oliveira da Silva Santos
Rodrigo Gallieri Avelar

1. ABERTURA

A reunião foi aberta pelo chefe da DIRIS, Victor França, que deu as boas vindas aos presentes e comentou que o planejamento das discussões sobre ORSA não seria tratado nesta reunião, apesar de inicialmente previsto na pauta. Justificou que as discussões dos demais temas (apresentação dos resultados do Questionário de Detalhamento da Estrutura de Gestão de Riscos e minuta de circular sobre Estrutura de Gestão de Riscos) provavelmente tomariam todo o tempo disponível. Sugeriu, em seguida, que a reunião começasse pela apresentação dos resultados do Questionário, o que foi aceito por unanimidade.

2. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO

Victor França apresentou aos presentes os resultados da pesquisa. Destacou ainda que a adesão foi bastante alta, resultando numa amostra bem representativa do mercado supervisionado. Além disso, de forma geral, os resultados foram considerados animadores, indicando que grande parte das empresas do mercado já possui, em algum grau, muitos dos elementos que virão a ser exigidos pela regulamentação.

O material dessa apresentação, contendo os resultados por questão, será disponibilizado na página da Subcomissão de Riscos (no sítio da Susep na internet), portanto, não registraremos esses detalhes na presente ata.

Contudo, cabe destacar algumas inconsistências detectadas, que podem ter sido causadas por divergências de entendimento. Na questão 3, por exemplo, a Susep tentou validar as respostas fornecidas com as informações do FIP e, para 23% das empresas que disseram possuir um Conselho de Administração, não foi possível definir se o mesmo pertence à própria empresa ou a outra entidade do grupo. Isto cocorreu porque, segundo as informações do FIP, a empresa não possui tal Conselho, e o respondente não indicou o nome de outra empresa no Questionário (como foi pedido).

Outros casos de aparente inconsistência foram constatados na resposta à questão 17, a qual questiona a existência de políticas formalmente definidas pela Diretoria e/ou Conselho de Administração para determinadas atividades das supervisionadas. Especificamente para as sociedades de capitalização, observou-se que os percentuais de respostas 'Sim' e 'Não se aplica' foram elevados para os itens 'b' (subscrição de riscos) e 'c' (pagamento de sinistro/benefícios), podendo indicar que os termos utilizados nas perguntas não foram claros para este tipo de empresa. Além disso, foi grande o percentual de empresas que marcaram 'Sim' nos itens 'd' e 'g' (relacionados a resseguro). Um elevado percentual de respostas afirmativas no itens 'd' e 'g' também foi constatado nas Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC's), onde também foi grande o número de empresas que responderam 'Não se aplica' para os itens 'f' e 'h' (ALM e seleção de contrapartes para atividade de investimentos, respectivamente). Entre os resseguradores, observou-se um percentual elevado de respostas 'Sim' no item 'i' (resgates e portabilidades). De forma geral, todas essas respostas contrariam um pouco o que seria esperado.

Os pontos que suscitaram maiores debates foram as atividades desempenhadas pela Função de Gestão de Riscos, unidades operacionais e Auditoria Interna (questões 6, 13 e 14, respectivamente), e também o apetite por risco (questões 15 e 16).

Quanto às atividades de cada área, Victor França relatou a impressão de que as Funções de Gestão de Risco atualmente existentes podem estar centralizando demais o processo de gestão de riscos e,

com isso, incorporando parte do que seria responsabilidade das unidades operacionais. Justificou que, em diversas atividades que deveriam envolver diretamente estas unidades (identificação de riscos, avaliação/ análise de riscos, definição de alternativas de tratamento, acompanhamento e reporte de exposições e definição de metodologias processos modelos e controles), sua participação foi menor do que a da Função de Gestão de Riscos (slide 15). Além disso, em alguns casos (identificação de riscos e avaliação/ análise de riscos), a participação das unidades operacionais chegou a ser maior nas empresas que disseram não possuir Função de Gestão de Riscos (slide 16). Destacou que isso não significa que a Função de Gestão de Risco não deveria estar participando também dessas atividades, apenas seria esperada uma participação maior das unidades operacionais.

Vários dos membros presentes criticaram essa conclusão. Rodrigo Avelar e Wilson Matar defenderam que a Função de Gestão de Riscos desempenha certas atividades paralelamente às unidades, como, por exemplo, o monitoramento de exposições e o desenvolvimento de metodologias, processos e modelos (principalmente quando são para seu próprio uso). Denis Moraes alertou para um possível viés do respondente.

No que diz respeito ao apetite por risco, Victor França destacou que a questão 15 foi a única em que o percentual de empresas que responderam ‘Não’ foi superior ao das que responderam ‘Sim’, sinalizando que este talvez seja um dos pontos mais sensíveis da regulação. Além disso, alertou para o fato de que, na questão 16, 10% das empresas que dizem possuir esse apetite formalizado não definem seus limites operacionais com base nele, sendo que outros 9% responderam ‘Não se aplica’.

Denis Moraes defendeu que o conceito de apetite por risco ainda não está claro, e, por causa disso, pode haver um receio do mercado em responder afirmativamente. Wilson Matar complementou informando que hoje esse apetite está expresso em diversos documentos, embora não haja uma consolidação. Marcos Spiguel alertou que a definição de um apetite por risco assertivo, depende de um processo de amadurecimento da gestão de riscos, sendo assim, seria esperado que uma primeira definição de apetite possa vir a precisar de desenvolvimento para refletir melhor os desejos relacionados a riscos do Conselho de Administração e os riscos assumidos nos negócios, o que acarretaria a necessidade de revisão do mesmo algum tempo depois. Spiguel comentou também que não entende a definição de apetite a riscos alinhado como plano de negócio um requisito “mínimo” de ERM, tendo em vista que uma empresa poderia trabalhar na gestão dos seus riscos tratando sempre os maiores/mais relevantes, gerando um bom processo de gestão de riscos apesar de não existir um apetite a riscos definido.

3. MINUTA DE NORMA

Em seguida, passou-se à discussão da minuta de Circular sobre Estrutura de Gestão de Riscos, enviada previamente aos participantes. Victor França destacou que já havia algumas propostas internas de mudanças, que seriam apresentadas aos participantes no decorrer da discussão.

Procedeu-se então a leitura da minuta proposta. Os participantes tiraram dúvidas quanto a determinados pontos da mesma e, em certos pontos, sugeriram alterações. Os comentários e sugestões foram anotados e Victor França comprometeu-se a avaliá-los e apresentar uma nova revisão da minuta até a reunião seguinte¹.

¹ Por ora, tanto a minuta de norma como os detalhes das discussões não estão sendo divulgados publicamente por questão de confidencialidade.

Vários representantes do mercado voltaram a externar suas preocupações em relação à aplicação do princípio da proporcionalidade e à subjetividade envolvida na interpretação de certos pontos da minuta. Da parte da Susep, Victor defendeu que, por se tratar de uma norma sobre gestão, o ideal é que a mesma seja baseada em princípios, embora entenda que a fiscalização de um normativo desse tipo representa também um grande desafio para a autarquia. Christiane Tsai reforçou que isto requer uma mudança de mentalidade, mas que esta abordagem tende a favorecer o diálogo entre a Susep e suas supervisionadas. José Alberto Pereira comentou que alguns pontos podem ser melhor esclarecidos futuramente, com a adoção de guias de boas práticas. Já Marcos Visgueiro destacou a necessidade de maior integração entre a fiscalização *in loco* e à distância.

Os representantes do mercado ficaram de submeter propostas de alterações de texto, em particular no que se refere à integração da Estrutura de Gestão de Riscos com o Sistema de Controles Internos e às atividades que podem ser exercidas pelo Gestor de Riscos, além de propor alternativas de cronograma de adequação.

Ao final, Marcos Spiguel voltou a questionar se a forma de implementação da estrutura de gestão de Riscos poderia ser utilizada pela Susep como critério para utilização de fatores reduzidos nos modelos regulatórios de capital. Justificou que isso poderia servir como incentivo para a adoção de melhores práticas. Victor França respondeu que tal possibilidade já foi cogitada na Comissão Atuarial, que, em seu entendimento, é o foro adequado para essa definição, porém, até agora nada foi decidido. Ambos se comprometeram a pedir que o assunto fosse novamente incluído na pauta da Comissão Atuarial.

Desta forma, nada mais tendo a tratar, a reunião foi encerrada.